



ARTIGOS – ARTICLES

A resiliência da Filosofia

Joaquim Cerqueira Gonçalves¹
Universidade de Lisboa
joaquimofm@gmail.com

Como citar este artigo: GONÇALVES, J. C. “A resiliência da Filosofia”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº15, pp. 75-93. 2023. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Um docente (aposentado) de filosofia, homenageando um colega, também aposentado, reflete sobre a articulação filosofia-escola, a partir da análise do ensino de filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa, designadamente entre 1957-2000. Em termos de conclusão, aponta para a permanência do legado da filosofia grega na arquitectura disciplinar da escola ocidental, em desafio ciência/filosofia, devendo-se à resiliência desta a dinamização/superação da cultura que tem dominado a escola ocidental - laboratório de redutora racionalidade científica e técnica.

Palavras-chave: Cultura. Disciplinas. Escola. Linguagem. Lisboa.

Abstract: A (retired) philosophy lecturer, honouring a colleague, also retired, reflects on the philosophy-school articulation, based on an analysis of the teaching of philosophy at the Faculty of Letters of Lisbon, namely between 1957-2000. In conclusion, he points to the permanence of the legacy of Greek philosophy in the disciplinary architecture of the Western school, in the science/philosophy challenge, the resilience of which is responsible for energising/overcoming the culture that has dominated the Western school - a laboratory of reductive scientific and technical rationality.

Keywords: Culture. Disciplines. School. Language. Lisbon.

¹ Joaquim Cerqueira Gonçalves é Membro da Ordem Franciscana (OFM), doutor em Filosofia pela Universidade de Lisboa e professor (aposentado) de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa.

Introdução

Em texto publicado em 1989, *Escola em Debate – educar ou profissionalizar?*², questionava-me sobre os desígnios fundamentais da instituição escolar, circunscrevendo-a já, nesse subtítulo, a uma dupla função essencial, em que, todavia, a profissionalização levaria vantagem². Essa equação é geralmente tematizada pelas ciências da educação e em áreas afins destas, mas, no caso concreto da reflexão, agora perspetivada, o ângulo de abordagem é de cariz filosófico, a que as aludidas ciências pouco recorrem, indiciando tal depreciação um outro horizonte de racionalidade, o de índole científica.

De facto, três dezenas de anos volvidas, após a publicação de *Escola em Debate – educar/profissionalizar?*, há o ensejo, propulsado por algum coeficiente de pessoal obsessão, de retomar a questão, mas em singular contexto, que não anula a convicção e a argumentação iniciais, ao reconhecer a tendência profissionalizante da escola, pelo menos a que tem obedecido ao modelo arquitetónico da episteme ocidental. Essa persistente interpretação pessoal³, abrangendo período tão dilatado, continua, mas agora em regime de aposentadoria social do autor, esta anexada à profissão docente, um benefício de cariz sindicalista que pouco representa de estrutural compromisso com o saber lecionado na escola. Por não me sentir aposentado da atividade filosófica, é que dela não me dissocio, frequentemente interpelado pela articulação entre filosofia e escola, melhor dizendo, pela complexa questão da presença da filosofia na instituição escolar. Há, porém, uma especial motivação para a escolha do conteúdo a explicar: a feliz e justa iniciativa de homenagem a outro docente de filosofia, NELSON GONÇALVES GOMES. A aproximação, que se consolidou em gratificante amizade, destes dois docentes de filosofia foi propiciada pela colaboração profissional do professor da Universidade de Brasília com a Universidade de Lisboa, concretamente com a Faculdade de Letras. Muitas das publicações do Prof. Nelson Gomes e não menos as conversas havidas, entre os dois, em língua portuguesa, durante muitos anos – é momento propício para as agradecer –, ajudam a refletir sobre o conteúdo

² *A Escola em Debate – Educar ou profissionalizar?*, Ed. Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, Braga, 1989.

³ “A atual escola-profissionalização concorre aceleradamente para essa atmosfera de saturação que já nem sequer o entusiasmo e a eficiência da especialização conseguem iludir.” (*ibidem*, p. 47).

selecionado para a presente exposição. Ao olhar retrospectivo, que esta, em larga proporção do seu perímetro, deseja ser, não é indiferente o longo exercício do compromisso acadêmico, no qual interferem datas e idades, mas não são elas que determinam o exercício da efetividade filosófica que a existência humana é. O encontro entre escola e filosofia – a Faculdade de Letras de Lisboa, no período subsequente a 1957 – é o palco deste texto que, por sua vez, tentará desenhá-lo, com algumas derivas adjacentes, indicando, a título simplesmente exemplificativo, alternativas à ênfase das linhas de interpretação, aí, gizadas. Ao abordar, em tarefa de lecionação, questões sobre hermenêutica de textos, tive sempre a preocupação de advertir que os títulos e subtítulos não fazem necessariamente parte da sua dinâmica interna, quer antecipem e orientem o seu desenvolvimento, quer representem uma afortunada síntese interpretativa da composição produzida. Faria aqui análoga exortação, com peculiar sublinhado no termo *resiliência*, que não conhece lugar cativo no histórico do vocabulário filosófico. É para aqui transposto, a partir de uma recente iniciativa política da União Europeia (*Plano de Recuperação e Resiliência* – PRR), pretendendo-se insinuar, mediante este estratagema semântico e retórico, em ambiente cultural dos nossos dias, a constitutiva e irreprimível marca filosófica da racionalidade, que tantos consideram ilusão, outros aventura e risco⁴.

1. Filosofar – agir resiliente

A história do saber não favorece, na caracterização das virtualidades da filosofia, essa nota de resiliência, a partir do exercício da linguagem, de modo a legitimar a asserção, segundo a qual a intencionalidade racional atribuída à existência humana traduz já uma orientação para nível de superior exigência, o de radicalidade filosófica. É, todavia, com o exercício da linguagem que se inicia o pensar e o saber, inclusive, nesse caso, o de marca filosófica, que os

⁴ “O maior perigo da Europa é o cansaço”, há que suscitar o “heroísmo da razão” (Edmund Husserl. *Die Krisis des europäischen Menschentums und die Philosophie*, trad. Pedro M. S. Alves, *A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia*, in “A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental. Uma Introdução à Filosofia Fenomenológica”, trad. Diogo Falcão Ferrer, Ed. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008, p. 349, Husserliana VI, pp. 347s.).

epistemólogos sentem relutância em sancioná-la, não passando, todavia, despercebida a atentos e perspicazes psicólogos.

Estes contrastados perfis e fases resultam da variedade de modos de entender o pensar, o saber e o conhecer, de cujas múltiplas interpretações uma dupla vai permear esta reflexão: por um lado, a composição/assimilação de um produto acabado e, por outro, a humana atividade de manifestação, nunca fechada, de sentido. Ao processo de constituição da primeira, ao suspender ou mesmo interromper a dinâmica intencional dessa atividade, está subjacente a segunda, da qual, todavia, procura desprender-se. É o paradigmático esforço de autonomização da ciência, relativamente à filosofia.

O saber filosófico, parecendo o mais difícil de ser atingido, não deixa de ser o mais natural de todo esse exercício, desde logo protagonizado pelos infindos e intrigantes *porquês?*, ao não dar por definitivo o sentido e a intencionalidade da narrativa.

Falar e pensar entrelaçam-se. Já o sabíamos, porque, em fase escolar de aprendizagem da filosofia, direta e indiretamente, fomos lendo as grandes referências da tradição filosófica, explicitamente Platão e Aristóteles, que analisam essa irrecusável e, a alguns títulos, problemática aproximação. No entanto, ao definir a filosofia, passamos pela linguagem e vice-versa, em formulações análogas, muitas vezes interpretadas negativamente, por parecerem inúteis: a filosofia que se alimenta da pesquisa da sua definição, a linguagem, por sua vez, que, para se compreender, tem de partir do seu próprio exercício, sem, todavia, nele poder deter-se, a indicar que não é nem fonte nem termo de si mesmo. Por outro lado, o saber – científico –, para se impor, tem de organizar a sua própria linguagem – científica –, afastando-se, assumidamente, da linguagem natural, não obstante ser esta, no seu inesgotável horizonte de sentido, que solicita os saberes (científicos).

Será o estímulo destas questões e perplexidades que vai alimentar, seguidamente, o discurso, menos para as aprofundar, mais para as considerar razões das vicissitudes de uma vivenciada situação concreta, o Curso de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a partir de 1957, uma escola de *Humanidades*, espaço natural de estudo da linguagem, na sua irrecusabilidade, nos seus enigmas, nas suas diversidades, nas tensões dos

saberes que dela se ocupam, designadamente o da confrontação entre ciência e filosofia, onde se manifestam as vitórias e as derrotas da resiliência filosófica.

A compreensão de uma situação universitária por quem a viveu de perto, nela participando, pode não representar a garantia mais segura da pertinência dos elementos e dos argumentos evocados para a explicar. É que não se trata da descrição de um problema bem ou mal concluído, do qual sobra apenas a narrativa, mas, sim, de uma questão que, por o ser, fica aberta a novas possibilidades. Além disso, a complexidade do concreto vivenciado traz a vantagem de fazer emergir quer elementos porventura adormecidos, quer articulações destes nunca lembradas, certamente resistentes chãos que todos ainda hoje vamos pisando. Os círculos hermenêuticos envolvem-nos constantemente.

O arraigado hábito de estudar filosofia, através de compêndios de história da filosofia, compele a registar datas e regiões paradigmáticas. Edmundo Husserl (1859-1938), que rejeita essa contingente via de aprendizagem⁵, situa, porém, o nascimento da filosofia nos séculos VII-VI, na Grécia⁶, polos geográficos e temporais que germinaram universalidades, assim abrindo à humanidade tarefas infinitas. É por isso que esse nosso contemporâneo assumidamente se abstém de analisar outras proveniências, designadamente a da China e a da Índia⁷. Como o que esse filósofo pretende descortinar é a *Filosofia como Ciência de Rigor* (*Philosophie als strenge Wissenschaft*), tal rigor deve ter fundamento absoluto⁸. E. Husserl é justamente incluído no percurso da *filosofia do cogito*, filosofema que o antecedeu vários

⁵ “Mas não é com as Filosofias que chegamos a ser filósofos. Não passar da história, preocupar-se com ela numa atividade histórico-crítica, e pretender chegar à Ciência filosófica, em elaborações ecléticas ou renascenças anacrônicas, não são mais do que tentativas desesperadas. (*A Filosofia como Ciência de Rigor*, trad. Albin Beau, Ed. Atlântida, Coimbra, 1965, p. 72).

⁶ “Como consequência, verifica-se a irrupção de um tipo de formações espirituais completamente novas, crescendo rapidamente para uma forma cultural sistematicamente fechada sobre si; os gregos denominaram-na *Filosofia* (*A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia*, p. 324, Husserliana VI, p. 321).

⁷ *A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia*, pp. 324, 333, Husserliana VI, pp. 324, 331.

⁸ “Ela quer ser verdade incondicionada. Reside aí uma infinitude que dá, a cada verdade e comprovação fácticas, o carácter de ser apenas relativa. Correlativamente, esta infinitude reside também, no “ser efetivo” em sentido científico, assim como, de novo, na validade “universal” para “qualquer um”, entendido este “qualquer um” enquanto sujeito de todas as fundamentações a realizar; não mais se trata, pois, de falar de “qualquer um” no sentido finito da vida pré-científica.” (*A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia*, pp. 326s, Husserliana VI, p. 324).

séculos, mas que ele profundamente enriqueceu, parentesco, aliás, que tanto o pode afastar do berço grego, como deste se aproximar⁹.

É, pois, no horizonte da filosofia *cogito*¹⁰, cujo raizame é o dualismo natureza/espírito (mente), que E. Husserl vai lançar o mais pensado alarme da crise das ciências e da humanidade europeia, continuando a ter sentido, ainda hoje, embora pouco escutado, dentro das escolas, com prejuízo para o conteúdo e a organização do saber destas, inclusivamente no que respeita à articulação entre ciência e filosofia, um desafio para a resiliência da segunda.

Em direção diferente, até mesmo contrastante, menciona-se Matthew Lipman (1923-2010), o ícone da “Filosofia para crianças” (*Philosophy for Children*). Se pode haver aí uma instrumentalização da linguagem¹¹, a qual o filosofar não consente, como aqui se vai acentuando, é, todavia, injusto ficar indiferente à sensibilidade desse pensador americano à intrínseca articulação entre linguagem e filosofia, vindo esta vivificar, na escola, as outras áreas do saber. É sumamente ilustrativo o texto em que o filósofo americano apresenta a sua inédita proposta. Sente-se, por isso, obrigado a desdobrar o enredo que a provocou, antecipando, quase em termos casuísticos, a complexa situação das escolas americanas, desde o desinteresse dos alunos, à importância da linguagem e, nesta, ao valor da coerência do discurso, valorizando uma lógica que não se reduz à do formalismo da ciência. Além de reclamar o contributo da filosofia no processo de toda a aprendizagem, M. Lipman olha para a linguagem mais como um fundamental experiência humana, individual e social, do que como uma correta integração do pensar em um sistema lógico e linguístico, embora o ponto de partida seja a leitura de um texto já construído, mas que supõe sempre um contexto, em cuja integração se opera essa experiência de leitura, que equivale a um verdadeiro processo de investigação, exigido pela própria dinâmica do texto dado, que desse modo entra na

⁹ Ainda nesta filiação, considerada cartesiana por antonomásia, mas também, muitas vezes, porta de entrada na filosofia moderna, a filosofia grega se faz sentir. J. M. A. A. Azpiazu, *La Certeza del Yo Dubitante en la Filosofía Prekantiana*, Ed. Fundación Juan Marc, Madrid, 1971, remete para essa presença do *cogito* na filosofia grega.

¹⁰ *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental. Uma Introdução à Filosofia Fenomenológica*, &16.

¹¹ *Philosophy for Children*: “No doubt each work of literature has a “logic” of its own. But it is not (thank heavens!) the deductive logic of formal thought. And what is true of literature is true to a lesser degree of all expository writing. Verbal meanings depend upon connotation and suggestion, upon all sorts of nuances other than what can logically be deduced from a given set of statements in a given context.” (*Metaphilosophy*, Vol.7, n 1, January, 1976, p. 20).

experiência linguística, que é insubstituível. Se a iniciativa de M. Lipman foi desencadeada pela escola e à escola se dirige, é essa experiência linguística que derruba as paredes da instituição¹². Sendo a filosofia convocada para intensificar a vida da linguagem e, nesta, a vida humana, nas suas mais variadas manifestações, a intencionalidade filosófica encontra, nesse mesmo processo, o seu genuíno modo de existir.

Continuando o propósito de selecionar diferenciados contextos significativos, para a exposição em curso, chega o momento de referenciar um pensador, para o qual a linguagem é elemento do agir filosófico: Martin Heidegger (1889-1976). *Ser/pensar/linguagem*: desta estrutural aproximação – esta é recorrentemente acentuada pelo filósofo – se alimenta a filosofia, não certamente através da filosofia da linguagem, porque, aí, esta não atinge o seu verdadeiro nível. Estamos em tempo em que importa menos filosofia e mais a atenção ao pensamento¹³. Daí, a intensidade da ressonância de locuções como *linguagem é a casa do ser* (*Die Sprach ist das Haus des Seins*), o homem é o pastor do ser (*Der Mensch ist der Hirt des Seins*), fazer aceder à linguagem (*zur bringen Sprache*), as quais tipificam de tal forma a especulação desse pensador que excluem, logo que pronunciadas, a possibilidade de terem outra proveniência¹⁴.

2. A filosofia e a cultura

O estudo das áreas do saber, no decurso da história deste, focaliza-se, hoje, em emblemático número de suportes terminológicos, sobre os quais se foram acumulando ambiguidades, ao abrigar, nesses formais recintos, múltiplos

¹² *Philosophy goes to School*, Ed. Temple University Press, Philadelphia, 1988; *Philosophy in the Classroom*, Ed. Temple University Press, Philadelphia, 2010.

¹³ Martin Heidegger, *Lettre sur L'Humanisme*, trad. francesa do e com texto alemão, por Roger Munier, Ed. Aubier, Paris, 1957, pp. 37, 38, 164. Privilegiamos, aqui, este texto, *Carta sobre o Humanismo*, porque, nele, o próprio autor orienta para as suas obras anteriores, fazendo uma espécie de balanço sobre o seu percurso, inclusive sobre o momento em que a questão da linguagem aí brotou, dando especial importância a alguns parágrafos de *Sein und Zeit*. Considera que no parágrafo 34 desse texto existe uma indicação sobre a dimensão essencial da linguagem: em que modo de Ser a linguagem existe realmente como linguagem.

¹⁴ Todavia, não pode ser esquecido um texto de Guilherme de Humboldt, com o qual François Fédier termina a tradução francesa do texto de Martin Heidegger *Unterwegs zur Sprache* (*Acheminent vers la parole*). Para lembrar a importância do tempo sobre a palavra, escreve G. Humboldt: “Voilà qui est le fruit constant de la littérature d'un peuple, mais en cette dernière par excellence de la poésie et de la philosophie.” (*Acheminent vers la parole, traduit e L'Allemand par Jean Beaufret, Wolfgang Brokmeier e François Fédier*, Ed. Gallimard, Paris 1976, p. 257).

significados: saber, ciência, cultura, filosofia, sabedoria. A palavra cultura é talvez a mais saturada, donde decorrem não só múltiplos equívocos, como também resistentes tensões, nas quais se vai apurando, aliás, a história da noção de racionalidade. Observe-se, desde já, que a perseverança dessas terminologias se deve, em larga escala, às instituições que as acolhem, designadamente às escolas que, como se irá mostrando, são afetadas pela propensão a transmitir.

De qualquer modo, a elasticidade do termo cultura merece especial atenção. Todavia, mais do que situá-lo no seu raizame etimológico que, espontaneamente, remeteria para a tarefa da agricultura, logra vantagem resgatar, para a organização dos propósitos deste texto, o significado da cultura, articulando-a com a história do saber.

Somente se pode falar de cultura quando há presença e intervenção humanas, fenómeno com longo historial, contagiando de tal modo a categoria de natureza que passa a substituí-la. Não obstante a realidade humana, ao menos parte dela, ser incluída, geralmente, no âmbito da natureza, esta foi-se metamorfoseando, concomitantemente, em objeto do conhecimento humano, mas também em suporte seguro de todo o conhecimento, a que Aristóteles conferira estatuto, no texto da *Física*, que a cultura medieval ocidental acolheu com entusiasmo, embora com alguns ajustamentos, até ao momento em que a cultura moderna acabou por esquivar a natureza, à medida que se foi impondo o modelo cientificista à racionalidade da cultura¹⁵.

Nesta rápida síntese, fica incluída uma boa parte do questionamento da racionalidade ocidental. De facto, no movimento de articulação entre natureza e cultura, estavam já desenhados os traços, também os de carácter epistemológico, que transformariam a cultura em polo de fundamentação, substituindo, nesse papel, a natureza. Se o significado de natureza tendia – como ainda hoje tende, na leitura do que se pode designar de epistemologia da quotidianidade cultural – a preservar a ideia de um alicerce sólido e autónomo, tal sucedia porque não havia consciência de que a natureza, de que se falava, estava já humanizada, justificando que seja considerada o *livro da natureza*, como sobretudo a Idade Média vai gostar de repetir, embora, neste caso, com a

¹⁵ Esta questão já se encontra esboçada na *Física* de Aristóteles, onde a *natureza* (192b-193a), que não carece de fundamentação, garante a *lógica verdadeira* (*Segundos Analíticos* 71a20).

intenção de valorizar a natureza, bem como a linguagem desse livro¹⁶. Observe-se, contudo, que marca sobremaneira esta questão a proeminência do fator humano, não tanto na globalidade deste – corpo/alma –, mas no entendimento do que se considera perfeição dele, o espírito, mais ainda e sobretudo, o vértice da mente – o mentalismo –, uma tendência da racionalidade ocidental, que acompanha, na sua formulação, desde os gregos, todo o processo do saber, que não vai ser, por isso, indiferente à interpretação da atividade linguística, designadamente ao ideal de uma linguagem universal, de teor científico, sem a qual uma ciência, tomada em sentido estrito, não poderia funcionar, nem alastrar-se a toda a humanidade, de que o alto grau de globalização da vida da sociedade atual é uma sintomática consequência. De facto, a essa construção mental corresponde o edifício da produção técnica, distanciando, assim e cada vez mais, o modo de entender a realidade, relativamente àquele que se inspirava na atividade da natureza. No entanto, se a cultura substituiu a natureza, arvorando-se em suporte de fundamentação, a gigantesca produção técnica, que daí decorre, vai substituindo, por sua vez, a própria fundamentação ancorada na cultura, graças ao acervo de dúvidas suscitadas pelas diferentes análises do mundo mental, as quais se digladiam entre si, ao denunciar insuficientes consistências da mente, defendidas pelos opositores, para exercer a função de primacial fundamentação.

Embora esteja, aqui, em apreciação somente o desígnio papel fundamentador da cultura, convém advertir que a contribuição da especulação filosófica ocidental é também, de per si, deveras sintomática, na obcecada preocupação com os fundamentos, não favorecendo, com idêntico grau de empenho, a atividade de desenvolvimento, como se o receasse ou como se, no polo de suporte, estivessem já necessariamente caucionadas todas as possíveis manifestações. A angustiante inquietação com o fundamento explica também a prevalente tendência dessa mesma filosofia na insensibilidade à temporalidade e à contingência¹⁷.

¹⁶ A especulação atual, sobre temas ecológicos, vai retomando estes modelos. Toma-se, aqui, a liberdade de remeter, a esse respeito, para uma observação nossa: "Para traduzir a relação ser humano/cosmo, nessa complexa constituição do mundo, a cultura ocidental privilegiou dois modelos, o dos *espelhos* e o do *livro* [...] que indicia, além de outras características, uma produção inteligível, uma unidade racionalmente diferenciada, tal como a de um texto. (*Linguagem e Ecologia*, em "Itinerâncias de Escrita, Vol. III – Escola/Ecologia", Ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1914, p. 409).

Não obstante a enorme amplitude de significados e de aplicações que veio a fruir a palavra cultura, sobretudo na época moderna, a presente exposição privilegia a sua articulação com a ciência e a filosofia, sendo, aliás, em território destas, que se vem assinalando a superioridade da cultura sobre a natureza. Certamente, a dimensão da racionalidade cultural não se reduz à racionalidade filosófica, podendo até afirmar-se que, enquanto a racionalidade da cultura tende a alastrar horizontalmente, a atividade filosófica cultiva uma vertical exigência diferenciadora de o maior sentido. O recurso a um caminho de explicação, partindo da filosofia grega, pode traduzir desde logo a superioridade da cultura que lhe estava subjacente, ao ser etiquetada de filosófica. Contudo, neste momento e aqui, pretende-se apenas declarar que o questionamento emerge, em termos de facto, de raízes gregas, haja ou não outras possibilidades, as quais, até ao momento, ainda não atenuaram aquelas.

É, porém, esta cultura, de estirpe grega, que está em *crise*, com diagnóstico feito¹⁷. Todavia, as *crises*, tais como as *situações-limite*, são propícias à descoberta de novos rumos. Também aqui, tal como se tem vindo a fazer no decurso deste texto, seja registado, uma vez mais em jeito de exemplo, o testemunho de dois pensadores que situam a questão na necessidade de a filosofia interpelar a cultura, retirando a esta ambições de fundamentação. Trata-se ainda de acompanhar a linguagem e a razão na procura da fonte da sua própria atividade.

De entre os pensadores da nossa época que chamaram a atenção para a insuficiência da cultura para exercer papel de radical fundamentação, salientam-se, aqui, dois: Martin Heidegger e Manuel Antunes (1918-1985).

¹⁷ A filosofia grega tendia a interpretar a racionalidade - *logos* - em termos de necessitarismo, tudo devendo ser previsto. Em sentido oposto, regista-se a especulação medieval de João Duns Escoto, que confere um sentido positivo à contingência: «(...) dico quod contingentia non est tantum privatio vel defectus entitatis (sicut est deformitas in actu illo qui est peccatum), immo contingentia est modus positivus entis (sicut necessitas est alius modus), et esse positivum – quod est in effectum – principaliter est a causa priore; et ideo non sequitur sicut deformitas est ipsius actus a causa secunda, non a causa prima, ita et contingentia; immo contingentia per prius est a causa prima quam secunda, – propter quod nullum causatum esset formaliter contingens nisi a causa prima contingenter causaretur, sicut ostensum est prius.» (*Ordinatio I*, d. 38 e d. 39, q. 1-5).

¹⁸ “Também estou certo de que a crise europeia radica num racionalismo extraviado. Mas não se pode tomar isto como se a racionalidade enquanto tal fosse o mal, ou tivesse um significado subordinado no todo da existência humana: naquele sentido elevado e autêntico, de que exclusivamente falamos como sentido prístino grego, que se tornou um ideal no período clássico da Filosofia Grega, ela carece, decerto, de muitas clarificações na auto-reflexão, mas é chamada, na sua forma amadurecida, a conduzir o nosso desenvolvimento.” (E. Husserl, *A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia*, p. 339, Husserliana VI, p. 337).

O filósofo alemão não se contenta com o suporte da racionalidade científica, por ser uma componente da cultura (*Bildung*), que traduz mais uma resposta do que uma pergunta, sendo, ao contrário, esta a que a meditação (*Besinnung*) desperta, reconhecendo, por isso, Martin Heidegger que a idade da cultura chegou ao fim, dando, porém, sinais – acrescentar-se-ia otimistas – de uma idade de questionamento que conduz ao que é essencial¹⁹.

Manuel Antunes atribui à filosofia as tarefas de desmitificação, de refontalização e de confrontação, bem como de fundamentação, mostrando-se assertivo ao articular cultura e filosofia: "A filosofia da cultura põe-se, pelo menos virtualmente, desde que existe o seu objeto: a cultura"²⁰.

3. A filosofia e a escola

O relevo de que a escola viria a desfrutar, nesta exposição, ficou patente nas primeiras linhas desta, sendo também aí preanunciada a tendência a reconhecer os desígnios – profissionalizantes – da instituição escolar. Se a I Parte diligenciou fornecer referenciais teórico-históricos de contextualização do apoio a essa interpretação, esta II Parte irá mostrar, de modo bem concreto, como a escola – mediante vivida incidência sobre uma delas – da nossa época continua a situar-se, mantendo esse rumo, nas coordenadas da cultura ocidental.

¹⁹ "Das Zeitalter der Bildung geht zu Ende, nicht weil die Ungebildeten and die Herrschaft gelangen, sondern weil Zeichen eines Weltalters sichtbar werden, in dem erst das Fragwürdige wieder die Tore zum Wesen haften aller Dinge und Geschehnisse öffnet." (*Wissenschaft und Besinnung*, in "Gesamtausgabe", Vol. 7, Frankfurt, Ed. Friedrich-Wilhelm von Herrmann, p. 64). Discute qual será o vocábulo mais adequado para captar o melhor sentido de *Besinnung*, que contrasta com ciência. O próprio autor antevê essa dificuldade, lembrando inclusive o termo *reflexão*, se este não se limitar ao habitual significado de tomar consciência de algo. É por isso que a palavra *reflexão*, tendo em conta essa ressalva, é acolhida em textos de língua francesa e inglesa. São, entretanto, sugeridas outras palavras, como *meditação* e *contemplação*, as quais direcionam para uma atividade que não objetiva, acentuando, desse modo, o contraste com a ciência.

²⁰ "Filosofia da Cultura: sua necessidade", in *Obra Completa, Tomo I: Teoria: Cultura e Civilização, Volume III, Filosofia da Cultura*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2005, p. 13. Mas a articulação filosofia-cultura enfrenta, na nossa época, o complexo filha/mãe, o qual na ciência não o pode apreender: "É daqui [ciência], sobretudo, que se origina a crise atual, externa, da filosofia. Derivando dela a sua raiz genealógica, a ciência olha hoje para a filosofia como filha, rápida e fabulosamente enriquecida, para mãe pobre. Como filha que, tendo sofrido durante demasiado tempo a tutela de minorene na casa materna, uma vez emancipada, se revolta, com fervor e energia desusados, contra a anterior situação de dependência". (*ibidem*, p. 25).

A escola é, indiscutivelmente, uma referência maior da cultura, por ela transitando algumas das componentes culturais determinantes. Mas quando, há pouco, se justificava a necessidade de uma interpelação à cultura, levando à discussão o monopólio de funções fundamentadoras que ela assumiu, ou que lhe foram atribuídas, outorgava-se à filosofia, embora também esta expressão cultural, esse repto, presumindo até que este tenha adequada e insubstituível aplicação, tanto na forma como nos conteúdos escolares²¹. No entanto, quer a história da instituição escolar, quer o histórico da própria intervenção filosófica, nela, denunciam múltiplas conexões nada tranquilas, entre filosofia e escola, corporizando mesmo configurações de recíproca exclusão: a indisponibilidade da escola, para aceitar a filosofia, e a dificuldade desta para aí se amoldar e desenvolver. Contudo, persistindo-se no horizonte da cultura grega, como aqui vai sucedendo, a atenção logo aponta para a filosofia, contrariando, neste caso, a aludida necessidade de uma filosofia da cultura, uma vez que, pelo menos na Grécia, a cultura teria sido expressão da filosofia. Porém, se, atendendo à influência da filosofia, na cultura ocidental futura, é indiscutível o valor da especulação filosófica da cultura grega, são também nesta indisfarçáveis os fatores que contribuirão para os constrangimentos entre filosofia e escola²²: repita-se, a racionalidade desta perdeu a intencionalidade das radicais exigências da filosofia, que se retalhou em saberes disciplinares, para adestrar atividades práticas na cidade, profissionalizando-as. É por isso que a crise para a qual E. Husserl alerta, fundamentalmente crise da razão, não pode disfarçar o seu parentesco com própria racionalidade grega, na tensão entre ciência e filosofia.

Seria de esperar que o espaço escolar fosse privilegiado para gerar, acolher e debater crises da razão. No entanto, a arquitetura interior da instituição escolar tende a resguardar-se de abalos protagonizantes, preferindo o esmero em processos de fiel transmissora de resultados produzidos no exterior dela. É que, sendo embora uma insubstituível expressão de cultura, a

²¹ Esclareça-se que não se analisa, aqui e neste momento, a questão do sentido e legitimidade de *escolas de filosofia*, mas a da *filosofia na instituição escolar*.

²² Martin Heidegger analisa tais constrangimentos como consequência de a filosofia, na escola de Platão, se haver multiplicado em disciplinas, dando assim azo à ciência, que é tarefa da escola e do exercício escolar (*Lettre sur L'Humanisme*, p. 138). A filosofia fica na necessidade constante de justificar a sua existência diante das «ciências», elevando-se ao nível destas, abandonando a essência do pensamento (*ibidem*, p. 28).

escola, porém, viverá a cultura mais como fator horizontal de difusão e coesão do que como exigência racional vertical de transformação.

Ao ser declarado, na Introdução, o propósito de olhar em retrospectiva uma situação escolar muito concreta – a presença do Curso de Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa, em alguns decénios, após o ano de 1957, momento de uma importante reforma –, essa análise desejava ser ainda, independentemente da capacidade e dos méritos do seu autor, uma atitude de resiliência filosófica, dissociada, porém, de inerentes compromissos profissionais de docência. Parcialmente, a incidência reflexiva teórica precedeu, no texto até ao momento explanado, a descrição factual que se vai pormenorizar, advertindo-se, no entanto, que mais do que inverter, se possível, em alguns aspetos, uma situação discutível ou mesmo incorreta, deseja-se participar na manifestação da vida da própria racionalidade filosófica e escolar, evitando que se continue a fechar em uma das suas possibilidades, no caso o modelo preponderante da cultura ocidental.

Observou-se já que a relação entre filosofia e escola não tem sido serena, indiciando, por um lado, instabilidade – também algum dinamismo –, no entendimento do saber filosófico, mas, por outro, no contexto em que nos fomos situando, a reduzida importância que se lhe tem reconhecido, na interação de um Curso de Filosofia com outros Cursos de diversas áreas científicas. Tomando como ponto de observação a grelha científica da Faculdade de Letras de Lisboa, a partir de 1957, que prolongou, formalmente, quer o Curso Superior de Letras, quer as Faculdades de Letras, que o herdaram, logo após a alteração política do País, com a instauração da República, em 1910, é nessa configuração que se insere a Filosofia, com a respetiva autonomia de título, a qual, no entanto, foi perdida em 1926, pela associação à História, como fica bem ilustrado na designação de Ciências Históricas e Filosóficas, com claro predomínio da História sobre a Filosofia. Não foram propriamente as condicionantes políticas – instauração da República – que determinaram os saberes, foi, sim, a noção de cultura, marcada, na situação vertente, pela orientação iluminista e positivista²³, que via

²³ Os reflexos desta tendência teriam sido mitigados na Faculdade de Letras de Lisboa: “Mas foi a orientação filosófica vigente na Faculdade de Letras, no período que decorreu de 1911 a 1957, dominada pelo Positivismo? Questão que muitas vezes se levanta, mas que carece de boa formulação. Por quanto nos foi dado conhecer, jamais se praticou o monolitismo na orientação do ensino que fosse definida superiormente. Nunca deixou

na racionalidade científica a expressão mais perfeita da cultura, um ideal que a filosofia, se não o assumisse, por não satisfazer as exigências racionais dele, teria, ao menos, de o vigiar e defender, aliás tarefa modesta com a qual ciência poderia, eventualmente, condescender.

Ora, é essa noção cientificista de cultura que a reforma, havida em 1957, das Faculdades de Letras, se propunha contrariar, sempre, obviamente, em âmbito de cultura, mas com uma diferente interpretação desta. O contraste, entre as duas noções, pode traduzir-se simbolicamente pela transparente luminosidade da primeira, a de índole positivista, e a espessura, designadamente linguística e temporal, da segunda.

Todavia, não menos importante do que a natureza do saber, embora também consequência dela, era a sua organização no interior da escola, em um desenho geométrico disciplinar, em que só aparentemente havia comunicação entre as quadriculas de *grupos*, *secções* e *cadeiras*, uma vez que, na verdade, essas articulações eram puramente exteriores, aproximadas por critérios de contiguidade, salvaguardando, acima de tudo, as suas supostas autonomias. A filosofia, no seu trajeto histórico escolar, mencionadamente na origem da universidade, na Idade Média, já havia sentido essa luta pela autonomia, disputada, nessa época medieval, com a teologia. Agora, porém, embora a questão tivesse, à distância, as mesmas raízes, a competição era de soberania a manter *inter pares*, na luta pela primazia na cadeia epistemológica.

Mesmo que, na área de *Humanidades*, sobretudo nas escolas de *Letras*, haja entranhado parentesco entre os diversos saberes, porque o húmus de todos eles, aí cultivados, é a linguagem, o de filosofia ia sentindo dificuldade em se adaptar ao mosaico geral disciplinar da escola. Por alguma razão, se foi conservando, em muitos países, o rótulo de *Faculdade de Filosofia e Letras*, uma formulação propícia a manter ainda o domínio da filosofia²⁴, a qual, na

de existir, na Faculdade de Letras de Lisboa, desde a fundação até ao momento presente, um agente dinamizador de toda a atividade intelectual, da maior fecundidade no âmbito da Filosofia, que foi a Liberdade – e a sua consequência principal traduziu-se no pluralismo de correntes de ideias, na diversidade de abordagem e de metodologias na prática filosófica.” (F. da Gama Caeiro, «Da Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa», *Revista da Faculdade de Letras*, Número especial, 1983, p. 21).

²⁴ Merece ser referido o Curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia de Braga, iniciado em 1947, que, após a fundação da Universidade Católica Portuguesa, com sede em Lisboa, passou a ser integrado nesta, continuando, porém, em Braga. No entanto, anos depois, foi criada, em Lisboa, a Faculdade de Ciências Humanas, na mesma Universidade, em Lisboa, da qual faz parte o Curso de Filosofia, independente do Curso de Filosofia de Braga.

história dessa contenda, foi, por vezes relegada para a função de serva – *ancilla* – da teologia.

Sem se enredar em questões teóricas sobre a legitimidade de um espaço que lhe havia sido franqueado, nessa reforma, o Curso de Filosofia ia-se adaptando, à semelhança dos outros Cursos, aos quesitos da Faculdade de Letras. Fora e dentro desta, até a radicalizada questão sobre a existência de uma “Filosofia Portuguesa”²⁵ se foi esbatendo, não obstante, ainda pouco tempo antes, constituísse, em livros e em assembleias, ímpar refrega, militantemente conduzida pelo “Grupo da Filosofia Portuguesa”, que não aceitava o apagado papel da filosofia na universidade, situação que, para alguns, levada ao extremo, equivaleria ao lastimável reconhecimento da incapacidade da cultura e da língua portuguesas para a filosofia, como se nem todas as línguas fossem talhadas para a dimensão de tal racionalidade²⁶. Em paridade com outros saberes, a filosofia havia conquistado, finalmente, estatuto de cidadania, bem como autonomia do seu saber, uma prerrogativa que, bem ou mal interpretada, como se verá adiante, constituía timbre de toda a ciência, o qual, porém, não reveste idêntico significado em filosofia e em ciência.

De facto, o Curso de Filosofia, na configuração da reforma de 1957, iniciou-se normalmente, ao lado de todos os outros, com acrescido júbilo, por parte dos candidatos a ele, dada a natural aposta, pelo menos inconsciente, na novidade.

Ao ler-se o preâmbulo do Decreto nº 41 341 (1957), logo se nota uma intenção assumida subjacente a todos os articulados disciplinares: “visão cultural ampla e integradora”, possibilitada pelo “produto formal e sintético a que se chama cultura”. Para esse efeito, são introduzidas disciplinas de história de cultura – *História da Cultura Clássica*, *História da Cultura Medieval*, *História da Cultura Moderna* e outras menos abrangentes–, “não agrupadas”, obrigatórias e transversais a quase todos os Cursos da Faculdade, estimulando a sensibilidade à distensão temporal. Se todo o saber é expressão de cultura, o entendimento da que inspira a reforma de 1957 traduz um esforço de distanciação do positivismo. Por isso, subjacente à transparente e uniforme

²⁵ Álvaro Ribeiro, *O Problema da Filosofia Portuguesa*, Ed. Inquérito, 1941.

²⁶ A edição da *História do Pensamento Filosófico Português*, em 5 volumes e 7 tomos, Edição Caminho 1999-2004, é já resultado do apaziguamento, em redor da questão «existência da filosofia portuguesa».

luminosidade científica, considerada superior expressão cultural, distende-se a espessura temporal, qualitativamente diferenciada, insusceptível de poder ser reduzida a um produto objetivo da mente humana. O encontro com essas culturas – é de acentuar a pluralidade delas –, passava pela convivência possível com as respetivas línguas, algumas delas indevidamente rotuladas de “mortas” apenas porque eram ignoradas, muito embora o contacto com essas culturas/línguas trouxesse, quase sempre, surpreendente descoberta da presença delas, em variadas formas, na cultura/língua de quem as ia absorvendo.

Paralelamente, a obrigatória redação de dissertações finais, para obter os diversos graus académicos – Licenciatura, desaparecida em 1974, Mestrado, introduzido mais tarde, e Doutoramento – constituiu um mui eficaz estímulo dessa experiência cultural/linguística, que se prolongou também em redobrada atividade de traduções, dirigidas a diversificados leitores, de dentro e de fora da escola.

Perante os benefícios elencados, relativos à presença do Curso de Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa, a partir da atividade de alguns decénios, poder-se-á concluir dessa experiência que se processou uma alteração significativa, aliás desejada, ao menos pressentida, na intencionalidade da dita reforma, de 1957, quer nos traços da cultura ocidental, quer na arquitetura cultural e científica da escola?

Um dos constrangimentos que tem obstaculizado a entrada da filosofia na escola é, como já se repetiu, o desenho disciplinar do saber que, não obstante o encontro de contiguidade das linhas das quadrículas, não garante, nem promove uma estrutural permeabilidade entre elas, indicando, antes, defesas da autonomia de cada território científico, embora razões exteriores de ordem teórica e prática suscitem a competição entre elas, de modo a conseguir, por reconhecimento mais ou menos aleatório, alguma unidade epistemológica, a qual, em passado mais ou menos distante, suscitava o indispensável e hierarquizado filosofema da *classificação das ciências*. No jogo de vizinhanças disciplinares, a filosofia não pode ser parceira, uma vez que a sua racionalidade não se ajusta, por se tratar de atividade una, mas diferenciadora, sempre em aberto. Neste contexto, é legítimo falar, sem desesperos de matiz ideológico, de autonomia filosófica, na medida em que, ao contrário da racionalidade

cientificista, não pode ser detida por nenhuma determinação parcial que a enclausure.

A manutenção, em 1957, dessa composição disciplinar, que acolheu a filosofia e tanto prometia gratificá-la escolarmente, já, nesse entretanto, deveria surpreender, porque, desde há muito, se sentia a necessidade da interdisciplinaridade – que vai passar por diversos rótulos de formulações, desde a multidisciplinaridade à transdisciplinaridade –, ao menos como forma de aproximar, por colaboração, os diversos saberes, na vida prática, onde cada vez mais se verificava, não apenas a insuficiência de cada um, mas também o desequilíbrio, repercutido no quotidiano, decorrente do excesso desenvolvimento de alguns sobre os outros. Teórica e praticamente, ia-se aproximando de uma *situação-limite*, que a interdisciplinaridade procurava resolver, embora, na verdade, apenas a iludisse, porque essa solução não vinha na lógica da natureza da *crise*, a das ciências, como acima fora advertido, ao dar-se acolhimento ao alerta de grandes pensadores.

Em poucos anos de exercício da reforma de 1957, resfriados os entusiasmos da novidade, a filosofia, que se lamentava, por ser insuficientemente considerada nas estruturas escolares anteriores, começou a sentir que, afinal, ainda não tinha chegado a hora do reconhecimento da natureza da sua racionalidade. Se bem que essa reforma apresentasse sinais de um novo entendimento da noção de cultura, essa alteração, não obstante alguns positivos resultados, há pouco referidos, não atingira o cerne da herança da cultura ocidental, supostamente enraizada na filosofia, mas, na verdade, logo atraída pela racionalidade científica.

Relevam-se duas sintomáticas situações da vida da Faculdade de Letras de Lisboa, para confirmar a interpretação agora descrita. O contraste geralmente admitido entre escolas de *Humanidades* e escolas de *Técnicas* parece não ser suficiente para legitimar que se está a generalizar heranças da cultura ocidental. Porém, se a abrangência das *Humanidades*, sendo altamente benéfica em termos culturais – a história da literatura a culmina –, nem por isso tem alterado os rumos e o predomínio das *Técnicas*, estas, pelo contrário, vão sendo encaradas como o ideal das escolas superiores, inclusive na proposta da formalização científicista da linguagem, o que, a suceder, retiraria a vantagem que a reforma de 1957 julgava trazer às Faculdades de Letras.

De facto, o empório das *Técnicas* foi progressivamente condicionando as escolas de *Humanidades*, mostrando inclusivamente as fragilidades da organização das ciências aí consignadas, que o entusiasmo com o novo quadro, iniciado em 1957, havia escamoteado. A filosofia foi uma das vítimas mais atingidas, a mostrar, uma vez mais, a inconformidade da sua racionalidade com o figurino disciplinar da escola. Dada a articulação do ensino superior com o ensino secundário, a disciplina de Filosofia figurava nas escolas portuguesas do ensino secundário – o que não sucedia em muitos países –, em regime de obrigatoriedade, para abrir acesso à universidade, ao menos para inscrição no Curso de Filosofia, além de poder ser também disciplina de opção, quer para a frequência de outros cursos superiores, quer apenas para concluir o ensino secundário. Dado o avassalador peso das *Técnicas*, com imediatos reflexos nas *Humanidades*, o regime de obrigatoriedade da disciplina de Filosofia, no ensino secundário, passou a ser optativo. O viés da tendência profissionalizante do saber da escola ocidental alterou de imediato, para menos, o número de alunos e de docentes, nos dois níveis de ensino. Em defesa das garantias e vantagens da sua profissão, bem como as dos seus alunos, os docentes de Filosofia aditaram ao trabalho da docência a diligência na atração de alunos, recorrendo à possível fonte mais próxima, alunos de outros Cursos da mesma Faculdade, que poderiam inscrever-se em disciplinas de Filosofia, em regime de opção, ou oferecendo a outros Cursos disciplinas de opção lecionadas por docentes de Filosofia, acomodando, se necessário, o próprio rótulo de tais disciplinas, ora adaptando-as à índole científica dos Cursos destinatários, ora dando às disciplinas de Filosofia uma propensão de ordem prática, tendo em consideração as preferências dos alunos a que iam ser dirigidas. Este complexo contexto foi-se agravando, porque, dum modo geral, todos os Cursos de *Humanidades* foram vítimas da mesma situação, de que resultou uma espécie de competição, entre eles, na mesma Faculdade, acrescentando à preocupação da autonomia científica da respetiva área o zelo pela defesa de alunos nela inscritos.

Se esta descrição não tem o valor de pura contingência factual, sendo integrada no quadro sintomático da cultura ocidental, a narrativa, todavia agudiza-se se se acrescentar a alusão a uma outra consequência, bem mais significativa para a articulação entre a racionalidade científica e a filosófica,

designadamente na atividade linguística. Se na causa da míngua de alunos de filosofia, é legítimo evocar, em termos gerais, a gigantesca abrangência da área das escolas *Técnicas*, não deve ser, porém, esquecida, na história da resiliência/malogro da filosofia, quer a responsabilidade desta, dentro da Faculdade de Letras de Lisboa, ao não conseguir fazer chegar às outras disciplinas o alcance do exercício da sua atividade, quer também a responsabilidade dessas outras disciplinas, quando não sentiram o apelo e a necessidade da racionalidade filosófica, para desenvolver e compreender a atividade linguística.

Esta libertação do Ser da Palavra pelo e no encontro entre o Mesmo e o Outro inscreve-se enquanto questionamento infinito, antes de a liberdade se fixar – somente, repare-se, ulteriormente – no encadeamento das causas e dos efeitos e no seu domínio fortemente científico²⁷.

²⁷ Julia Kristeva, *Existe uma cultura europeia*, trad. Rita Bueno Maia, Ed. Universidade Católica Editora, Lisboa, 2020, p. 20.